
***Galapagos Capital
Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários S.A.***

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Galapagos Capital Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Galapagos Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Galapagos Capital Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Galapagos Capital Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

A handwritten signature in cursive script that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6

Relatório da Administração

Senhores (as) acionistas, parceiros (as) e clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras da Galapagos Capital DTVM S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Atingimos um total de aproximadamente 13 mil contas ativas em nossa plataforma de investimentos, que consolidaram um volume de R\$ 5.4 bilhões em custódia em 30 de junho de 2024 (R\$ 4,4 bilhões em 31/12/2023), com produtos de renda fixa e variável, Tesouro Direto, fundos de investimento e de previdência das mais diversas estratégias.

Em 29 de dezembro de 2022 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário da DTVM para a Galapagos Holding Financeira Ltda. conforme contrato de compra e venda de 30 de março de 2022. A efetivação da transferência de controle ocorreu em 19 de junho de 2023, com a aprovação pelo Regulador de nova diretoria estatutária eleita pela Galapagos Holding. Estas demonstrações financeiras são reflexo deste período de transição de responsabilidades e de efetiva gestão da instituição.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros por escolherem a da Galapagos Capital DTVM nas suas operações de investimentos, aos acionistas pelo suporte necessário para crescimento do negócio e aos nossos colaboradores, pelas entregas e espírito de equipe na construção de uma instituição que prima pela excelência nos serviços prestados a seus clientes.

São Paulo, 29 de agosto de 2024.

A Administração

Balanço Patrimonial

Ativo	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.581	58.733
Disponibilidades		749	1.094
Aplicações interfinanceiras de liquidez		72.832	57.639
Instrumentos financeiros		5.071	4.320
Títulos e valores mobiliários	5	4.666	2.451
Outros ativos financeiros	6	405	1.869
Outros ativos		123	37
Ativos fiscais correntes e diferidos		22.107	19.951
Ativos fiscais correntes		188	93
Ativos fiscais diferidos	7	21.919	19.858
Intangível	8	4.837	6.367
Ativos intangíveis		16.428	16.428
(Amortização acumulada)		(11.591)	(10.061)
Total do ativo		105.719	89.408
Passivos financeiros		74.210	58.946
Depósitos - Outros depósitos	9	70.527	58.534
Outros passivos financeiros	10	3.683	412
Obrigações fiscais correntes e diferidas		1.406	1.266
Obrigações fiscais correntes		1.406	1.266
Total do passivo		75.616	60.212
Patrimônio líquido		30.103	29.196
Capital social	11(a)	62.000	58.000
Reserva de capital		187	187
Prejuízos acumulados		(32.084)	(28.991)
Total do passivo e patrimônio líquido		105.719	89.408

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do exercício

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receitas da intermediação financeira		4.567	2.193
Resultado com aplicações interfinanceiras	12	2.568	1.698
Resultado com títulos e valores mobiliários	13	1.999	495
Resultado bruto da intermediação financeira		4.567	2.193
Outras receitas (despesas) operacionais		(7.087)	(3.382)
Receitas de prestação de serviços	14	6.589	1.933
Despesas de pessoal	15	(2.827)	(1.424)
Outras despesas administrativas	16	(9.985)	(3.675)
Despesas tributárias	17	(833)	(325)
Outras receitas operacionais		6	117
Outras despesas operacionais		(37)	(8)
Resultado operacional		(2.520)	(1.189)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(2.520)	(1.189)
Imposto de renda e contribuição social		2.061	496
Imposto de renda		-	-
Contribuição social		-	-
Ativo fiscal diferido	18	2.061	496
Participação nos lucros		(2.633)	-
Resultado líquido		(3.092)	(692)
Prejuízo por ação (em Reais)		(33)	(8)
Quatidade de ações - mil		93.709	87.663

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado líquido dos semestres	(3.092)	(692)
Outros ajustes abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(3.092)	(692)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	58.000	187	(27.455)	30.732
Lucro líquido (Prejuízo)	-	-	(692)	(692)
Saldo em 30 de junho de 2023	58.000	187	(28.147)	30.040
Lucro líquido (Prejuízo)	-	-	(845)	(845)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.000	187	(28.992)	29.195
Aumento de capital	4.000	-	-	4.000
Lucro líquido (Prejuízo)	-	-	(3.092)	(3.092)
Saldo em 30 de junho de 2024	62.000	187	(32.084)	30.103

Demonstração dos fluxos de caixa

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Atividades operacionais		
Resultado líquido dos semestres	(3.092)	(692)
Ajustes ao resultado líquido	(531)	559
Depreciação e amortização	1.530	1.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.061)	(496)
Resultado líquido ajustado	(3.623)	(133)
Variações de ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(2.215)	974
Outros créditos	1.371	1.568
Outros valores e bens	(86)	(93)
Depósitos	11.991	(1.341)
Outras obrigações	3.410	(232)
Caixa aplicado nas operações	10.848	743
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	10.848	743
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	-	(4.757)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	4.000	(4.757)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	4.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	14.848	(4.014)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	58.733	22.564
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	73.581	18.550
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	14.848	(4.014)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Galapagos Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita com o CNPJ 28.650.236/0001-92 com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, com seu foco de atuação em assessoria e distribuição de investimentos. No âmbito de investimentos, a DTVM atua na distribuição de títulos de renda fixa e fundos de investimento, além de intermediar operações no mercado de renda variável para clientes.

Constituída em 07 de junho de 2017 com a denominação social Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 07 de dezembro de 2017 e teve sua denominação social alterada para BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em fevereiro de 2018.

Na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 13 de outubro de 2020, sua sede social foi transferida para a cidade de São Paulo – SP, tendo sido aprovada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2020.

Na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 31 de março de 2023 altera a razão social para Galapagos Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliarios S.A., tendo sido aprovada pelo Banco Central do Brasil em junho de 2023.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Galapagos Capital DTVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os seguintes normativos entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.966 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Galapagos Capital DTVM não identificou impactos relevantes em processos ou sistemas até o momento e acompanha, atentamente, a divulgação de normativos complementares.
- Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN n° 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Galapagos Capital DTVM revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva da Galapagos Capital DTVM em 29 de agosto de 2024.

3 Resumo das principais políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social, diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. A moeda funcional da Galapagos Capital DTVM é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados Galapagos Capital DTVM para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os caixas e equivalentes de caixas estão demonstrados na nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base pro rata, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.
- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

(g) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base “pro rata”, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 8.

Imobilizado de uso – Correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social, reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por softwares adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil.

(j) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por “*impairment*” no resultado do exercício.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base “pro rata”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15%.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

(n) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(o) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente o resultado que:

- Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observando o exposto acima, o resultado líquido do exercício de 2024 e de 2023 da Galapagos Capital DTVM foram obtidos exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidade em moeda nacional	749	1.094
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	72.832	57.639
Total	<u><u>73.581</u></u>	<u><u>58.733</u></u>

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 3(c). No período findo em 30 de junho de 2024 foram reconhecidas receitas no montante de R\$2.567 (R\$1.424 em 2023) sendo indexadas ao CDI.

5 Títulos e valores mobiliários

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados em categorias específicas (nível 1, nível 2 e nível 3) de acordo com o correspondente grau observável do valor justo:

Nível 1: os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível são classificados os Títulos do Públicos do Governo Brasileiro, e outros títulos negociados no mercado ativo.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro (*)	4.666	2.451
Total - Circulante	<u><u>4.666</u></u>	<u><u>2.451</u></u>

(*) No período findo em 30 de junho de 2024 foram reconhecidas receitas no montante de R\$238 (R\$142 em 2023)

30/06/2024				
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	De 3 a 12 meses
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro	4.667	(1)	4.666	4.666

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e são custodiados pela SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

Os títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no circulante, independentemente do vencimento.

6 Outros ativos financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Rendas a receber	28	48
Negociação e intermediação de valores (i)	159	1.658
Valores a receber de sociedades ligadas	23	-
Diversos	190	159
Devedores por depósitos em garantia	5	4
Total - Circulante	405	1.869

(i) Refere-se substancialmente a rendas a receber de serviços de disponibilização da plataforma de investimentos.

(ii) Refere-se às transações de clientes na bolsa de valores e de mercadorias e futuros, cujo a liquidação financeira ocorrerá em um ciclo operacional de D+1 ou D+2 e a recursos de investidores disponíveis para negociações futuras, até que esses investidores coloquem as ordens para as negociações.

7 Ativos fiscais diferidos

Os saldos dos créditos tributários foram constituídos por prejuízo fiscal de IR e base negativa de CSLL apurados no período conforme estabelecido na nota 3(k).

Galapagos Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A



Notas explicativas das demonstrações
financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2024
Valores expressos em milhares de reais

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, a movimentação e natureza dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	30/06/2024			31/12/2023		
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início do exercício	187	19.671	19.858	187	18.643	18.830
Constituição	-	2.061	2.061	-	1.028	1.028
Saldo no fim do exercício	187	21.732	21.919	187	19.671	19.858

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 4.842/20 do BACEN. Os créditos tributários são relacionados a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa e serão recuperados, segundo a expectativa da administração com lucros tributários futuros. A partir de projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Ano	2024	
	Valor contábil	Valor presente
2024	774	701
2025	235	192
2026	214	158
2027	569	381
2028	1.227	745
2029	2.399	1.318
2030	3.323	1.652
2031	4.510	2.029
2032	6.249	2.544
2033	2.426	894
Total	21.926	10.614

Ano	2023	
	Valor contábil	Valor presente
2024	774	701
2025	235	192
2026	214	158
2027	569	381
2028	1.227	745
2029	2.399	1.318
2030	3.323	1.652
2031	4.510	2.029
2032	6.249	2.544
2033	365	135
Total	19.865	9.855

Galapagos Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A



Notas explicativas das demonstrações
financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2024
Valores expressos em milhares de reais

8 Intangível

	Vida útil dos bens	Custo de aquisição			Depreciação/Amortização acumulada			Total líquido
		12/2023	Adição	06/2024	12/2023	Amortização	06/2024	06/2024
Sistemas de processamento de dados:								
Adquiridos	2 Anos	445	-	445	(445)	-	(445)	-
Adquiridos	3 Anos	334	-	334	(334)	-	(334)	-
Adquiridos	5 Anos	768	-	768	(590)	(51)	(641)	127
Adquiridos	10 Anos	158	-	158	(72)	(8)	(80)	78
Gerados internamente	5 Anos	14.723	-	14.723	(8.620)	(1.472)	(10.092)	4.631
Total Intangível		16.428	-	16.428	(10.061)	(1.531)	(11.592)	4.836

9 Depósitos

O montante de R\$ 70.527 apresentado na rubrica “Outros depósitos” refere-se a saldos dos recursos líquidos mantidos pela Galapagos Capital DTVM em conta de registro de seus clientes, de natureza “a vista”, enquanto não comprometidos em operações desses clientes (31 de dezembro de 2023 - R\$58.534).

10 Outros passivos financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a pagar a sociedades ligadas (ii)	2.462	-
Negociação e intermediação de valores (i)	2	44
Provisão de despesas com pessoal	527	352
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	671	14
Diversos	21	2
Total - Circulante	3.683	412

(i) Refere-se às transações de clientes na bolsa de valores e de mercadorias e futuros, cujo a liquidação financeira ocorrerá em um ciclo operacional de D+1 ou D+2 e a recursos de investidores disponíveis para negociações futuras, até que esses investidores coloquem as ordens para as negociações.

(ii) Valores a pagar sobre rateio de despesas entre empresas ligadas, que são liquidadas no mês subsequente.

Partes relacionadas

	30/06/2024	30/06/2023
Galapagos Capital Investimentos e Participações Ltda.	2.462	-
Total	2.462	-

11 Patrimônio líquido
(a) Capital social

Conforme a AGE realizada em 31 de janeiro de 2024 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 58.000 para R\$ 62.000, constituído um aumento de capital de R\$ 4.000. Este aumento foi aprovado pelo Banco central do Brasil em 14 de fevereiro de 2024.

O capital social de R\$ 62.000 (sessenta e dois milhões um real oitenta oito centavos), dividido em 93.709.256 (noventa e três milhões setecentas e nove mil duzentas e cinquenta e seis) ações, sendo 74.926.973 (setenta e quatro milhões novecentas e vinte e seis mil novecentas e setenta e três) ações ordinárias e 18.782.283 (dezoito milhões setecentas e oitenta e duas mil duzentas e oitenta e três) ações preferenciais.

12 Resultado com aplicações interfinanceiras

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	2.567	1.698
Deposito voluntario no BACEN	1	-
Total	<u>2.568</u>	<u>1.698</u>

13 Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas com títulos de renda fixa	238	476
Lucro na intermediação de títulos de renda fixa	1.761	19
Total	<u>1.999</u>	<u>495</u>

14 Receitas de prestação de serviços

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Plataforma powered (i)	-	1.133
Rendas de comissão por colocação de títulos	6.319	524
Comissão por agenciamento de clientes	204	275
Corretagem	66	1
Total	<u>6.589</u>	<u>1.933</u>

(i) Receita extraordinária referente a serviços de disponibilização da plataforma de investimentos, ocorrida durante o exercício de 2022, e no 1º semestre de 2023.

15 Despesa de pessoal

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Benefícios	(849)	(234)
Encargos Sociais	(452)	(274)
Proventos	(1.411)	(905)
Estagiários	(115)	(11)
Total	<u>(2.827)</u>	<u>(1.424)</u>

A remuneração dos administradores e estatutários durante o primeiro semestre totalizaram o montante de R\$ 379.885.

16 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Administrativo e Predial	(174)	-
Aluguel	(147)	(58)
Comunicação	(31)	(61)
Manutenção e conservação de bens	(167)	(4)
Processamento de dados	(3.289)	(2.262)
Promoções e relações públicas	(237)	(1)
Prestação de serviços (*)	(3.124)	(177)
Transportes	-	(2)
Viagens	(519)	(7)
Depreciação e amortização	(1.530)	(1.055)
Outros	(768)	(48)
Total	<u>(9.986)</u>	<u>(3.675)</u>

(*) O valor dos honorários de auditoria corresponde 0,61% do total de despesas administrativas em 30/06/2024 (1,25 % em 30/06/2023).

17 Despesas Tributárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
PIS/PASEP	(70)	(27)
COFINS	(433)	(163)
ISS	(329)	(75)
Outras despesas tributárias	-	(60)
	<u>(833)</u>	<u>(325)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2024		30/06/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(2.520)	(2.520)	(1.189)	(1.189)
Adições (exclusões) líquidas:				
Participações no resultado	(2.633)	(2.633)	-	-
Outras, líquidas	-	-	(48)	(48)
Base de cálculo	<u>(5.153)</u>	<u>(5.153)</u>	<u>(1.237)</u>	<u>(1.237)</u>
IR – 15% e CSL 15%	773	773	186	186
Alíquota Adicional de IR – 10%	515	-	124	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>1.288</u>	<u>773</u>	<u>310</u>	<u>186</u>

19 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades, mantendo dentro de limites considerados aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

No primeiro semestre de 2024 a Galapagos Capital DTVM não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

20 Gerenciamento de risco

Em linha com as melhores práticas de mercado e aos conceitos de Gestão Integrada de Riscos, a gestão de riscos da Galapagos Capital DTVM é centralizada no seu controlador Galapagos Holding Financeira Ltda, em uma estrutura com atuação transversal em todas as empresas participantes deste grupo empresarial.

A Equipe de Riscos é independente da gestão e possui reporte direto à alta administração do grupo, e é composta por profissionais com experiência e qualificação técnica compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos oferecidos e o tamanho das exposições aos riscos.

O processo de gestão de riscos abrange as etapas de identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos. Este processo é devidamente documentado em políticas e procedimentos internos, revisado periodicamente e aprovado pela diretoria estatutárias nos fóruns correspondentes.

Risco de Mercado: É o risco decorrente de variações nos preços de mercado de ativos financeiros e taxas de referência. A Galapagos Capital DTVM possui uma gestão conservadora de risco de mercado sem exposição significativa em seu balanço a movimentos de mercado.

Risco de Crédito: É o risco decorrente de perdas derivadas da inadimplência de emissores e contrapartes. A Galapagos Capital DTVM possui uma gestão conservadora de risco de crédito sem exposição significativa em seu balanço a emissores privados e contrapartes.

Risco de Liquidez: Risco de corrente da incapacidade da instituição de honrar com suas obrigações contratuais em função da falta de recursos imediatamente disponíveis para esta finalidade. A Galapagos Capital DTVM possui uma gestão diária do risco de liquidez, com monitoramento dos fluxos de caixa de entrada e saída de recursos e utilização de projeções e cenários de estresse para estimar o impacto de movimentações não esperadas.

Risco Operacional: Risco decorrente de falhas em processos e sistemas, com possíveis impactos financeiros, reputacionais ou regulatórios. Todos os eventos de risco operacional são devidamente documentados, classificados em níveis de materialidade de acordo com sua probabilidade de ocorrência e impacto em caso de ocorrência, e associados aos processos subjacentes, de forma a permitir uma mensuração adequada dos riscos de cada processo e mitigar a probabilidade de falhas pontuais ou recorrentes.

De forma a mitigar o risco de insuficiência de capital em relação ao mínimo exigido pelo regulador, o processo de gestão de capital inclui tanto o cálculo periódico dos limites operacionais e requisitos mínimos de capital referentes aos riscos de crédito, mercado e operacional, como também o planejamento de longo prazo e orçamento anual de capital considerando as expectativas para os próximos 12 meses. Adicionalmente, por decisão da diretoria, a instituição conservadoramente observa um requisito mínimo de capital superior ao definido pelo Regulador.

Os riscos inerentes aos produtos aprovados para distribuição são avaliados em processo interno de análise que inclui a avaliação dos riscos inerentes ao produto e ao seu gestor, assim como da adequação destes ao perfil de risco dos clientes.

21 Provisões e passivos contingentes

A Administração da Galapagos Capital DTVM avalia as obrigações e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (legais ou não formalizadas) de prazos ou valores incertos. O julgamento da Administração para determinar a expectativa de perda leva em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos.

a. Provisões

i. Tributárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são decorrentes de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais, estaduais e municipais. Sua constituição é baseada na probabilidade de saída de recursos, considerando também a opinião de consultores jurídicos externos e a instância em que se encontra cada um dos processos.

ii. Cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios), os valores das contingências são provisionados com base na probabilidade de saída de recursos, tendo o parecer de consultores jurídicos externos como uma das fontes para a estimativa.

iii. Trabalhistas

São compostas por demandas judiciais de ex-colaboradores, constituídas principalmente por pedidos de horas extras e de equiparação salarial. Os valores das provisões são estimados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando, entre outros, o estágio do processo e pareceres de consultores jurídicos externos, a Administração considera que as contingências têm um prognóstico possíveis de se concretizar.

	30/06/2024			
	Tributária	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no final do exercício 31/12/2023	-	-	483	225
Constituição / Reversão	-	-	-	-
Baixa	-	-	(225)	(225)
Saldo no final do exercício 30/06/2024	-	-	258	258

(*) Foi realizada a baixa do processo 1001368-65.2023.5.02.0058 referente a reclamação trabalhista.

22 Outras informações

(a) Alteração de controle societário

Em 29 de dezembro de 2022, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário da DTVM para a Galapagos Holding Financeira Ltda. conforme contrato de compra e venda de 30 de março de 2022. Em 19 de junho de 2023, esta transferência conclui-se, com a aprovação da nova diretoria estatutária, eleita pela Galapagos Holding, pelo Regulador.

(b) Normas, alterações e interpretação de normas

Para o exercício findo em 30 de junho de 2024, a Galapagos Capital DTVM não adotou antecipadamente essa norma na preparação destas demonstrações financeiras.

Resolução CMN nº 4.966/21: A referida norma apresenta novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros no tocante ao cálculo de perdas esperadas, classificação, mensuração e designação/reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As alterações são mandatórias a partir de 1º de janeiro de 2025.

23 Eventos subsequentes

Não ocorreu eventos subsequentes posterior a data de 30 de junho de 2024

* * *

Diretoria

Arnaldo Augusto Dequech Curvello
Diretor Presidente

Miguel Russo Neto
Diretor Executivo

Rogério Toledo Goulart
Diretor Executivo

Rafael Maeda Ideriha
Diretor Executivo

Controladoria

Erik Saccomani
Contador - CRC-1SP201761/O-8